



Morgadio de Valongo.

Sancho Martins e Maria Domingues, Pinhel, 1357.

Entre as povoações de Sorval e Santa Eufémia, no concelho de Pinhel, corre um vale dilatado, por isso denominado Valongo. Aí fundaram Sancho Martins e Maria Domingues, em 1357, um vínculo com sede numa quinta situada a meio do vale. Na ausência de descendência, o casal fazia de uma série de bens “um ajuntamento para saúde de nossas almas para todo o sempre”, doando-o a Vicente Domingues, o Moço, irmão da fundadora, para que com eles este lhes mandasse “dizer em cada um ano por nossas almas doze missas”. Mais precisavam os fundadores que, por morte do primeiro administrador, o património passaria para seu filho mais velho e assim sucessivamente ou, na ausência de filhos, para o parente mais próximo, sempre com o mesmo encargo pio “por nossas almas e daqueles cujos forem”. O documento original da fundação conservava-se em 1472 na posse de Pedro Matela, que dele pediu então um público treslado “porquanto seu dito instrumento já rompia e se não podia já bem ler e era velho”, encontrando-se “roto a lugares e comido da traça” (Arquivo Distrital da Guarda, Governo Civil, Registo Vincular, 2, fl. 146).

Na descendência de Vicente Domingues permanece outro importante documento, reproduzido em fotografia e transcrito em obra genealógica sobre a família (METELLO e NÁPOLES 1998, pp. 7-12). Trata-se de um pergaminho datado de 1493, contendo a sentença do rei D. João II acerca de uma demanda judicial sobre a posse de uma vinha pertencente ao morgadio. Para comprovar os seus direitos, os irmãos Bartolomeu e António Matela elucidam aí mediante provas a sucessão na administração do referido vínculo. A demais documentação conhecida sobre o morgadio que chegou aos nossos dias deve-se, outrossim, a outro processo judicial mais tardio sobre a posse do morgadio, movido por Manuel de Sá Pereira contra Manuel Metelo Pacheco, com contestação também de António Metelo Falcão, dando lugar à sentença definitiva de 1761 em prol do primeiro (Arquivo Distrital da Guarda, Governo Civil, Registo Vincular, 2, fl. 135-163). Este processo, conhecido pelo registo vincular realizado em 1863 pelo conde de Anadia, último administrador, transcreve documentação dos séculos XIV a XVIII.

Fica assim atestado que ao primeiro administrador seguiram-se, sempre de pai para filho, Fernão Vasques (mais provavelmente Fernão Vicente), João Fernandes e João Matela; a este sucedeu seu irmão Pedro, pai dos referidos Bartolomeu e António Matela. Este último foi, assim, 6.º morgado de Valongo. Nesta sucessão, João Fernandes foi casado com Branca Matela, de quem os descendentes tomariam o apelido que durante séculos se tornou distintivo da família. Tanto assim que, por um lado, diversas obras genealógicas definem estes Metelos como sendo “de Valongo” ou “de Sorval”; e, inversamente, o morgadio é por vezes designado como sendo “dos Metelos”.

O apelido Matela remonta a Estêvão Pires de Matela, que morreu em 1277 na batalha que opôs Pero Esteves de Tavares, do qual era partidário, a Fernão Afonso de Cambra (CRUZ, 1968, p. 76). Conforme referem as inquirições gerais de 1288, este Estêvão Pires retirou o seu nome da quinta de Matela, em Penalva (SOTTOMAYOR-PIZARRO, 2015, pp. 518-520). O morgadio de Valongo, permitindo a concentração de património, terá sem dúvida contribuído para a consolidação do percurso de ascensão da família. Mas a antroponímia também desempenhou o seu papel neste mesmo sentido: por um lado, permitindo a afirmação da individualidade e antiguidade da linhagem; por outro, a partir do século XVI, dotando este apelido de uma nova grafia (Metello ou Metelo) que efabulava a ligação à antiga estirpe romana homónima. Igualmente relevante foi o recurso a um emblema heráldico evocativo da esfera cavaleiresca, patente nas moletas e esporas de ouro, figuras respectivamente do escudo e do timbre desta família; bem como a posse de uma torre em Freixeda do Torrão (cerca de 25 km a nordeste da quinta de Valongo), datável do século XV, à qual se veio depois adossar um solar, ficando por isso o conjunto conhecido como “torre-solar dos Metelos” (AZEVEDO, 1971, p. 154; NÁPOLES e NÁPOLES, 2006, pp. 19-20). A distribuição geográfica das propriedades vinculadas e da torre-solar, elementos fundamentais da identidade linhagística, revela-se interessante no sentido de formar um arco em redor da então vila de Pinhel, onde até ao século XVI não era tolerada a instalação de famílias nobres, o que aliás veio a originar conflitos que se prolongaram até ao século XVII (MORENO, 1985; SEIXAS, 2006).

Não espanta, assim, que os consecutivos administradores do vínculo tenham ostentado sempre este apelido de pai para filho, repetindo também os nomes de baptismo: João Fernandes Metelo; Gaspar Metelo Cardoso; António Metelo Cardoso; e Gaspar Metelo Cardoso, 10.º morgado. Com este último, juntou-se outro vínculo ao património da Casa: o morgadio de Freixeda do Torrão, instituído por seu sogro, o desembargador Francisco Monteiro. Tal percurso de acrescentamento patrimonial prosseguiu nas gerações seguintes com a integração quer de outros vínculos (como o dos Frazões), quer de bens livres. Mas a continuidade sucessória conheceu a sua primeira quebra na 2.ª metade do século XVIII. Ao 12.º morgado, Antão Metelo Pacheco Monteiro, sucederam três dos seus filhos (Jorge, António e José), nenhum dos quais teve descendência; apenas de outro filho, Manuel, houve um homónimo filho natural legitimado. Após prolongado processo, o vínculo de Valongo foi herdado por Manuel de Sá Pereira, tetraneto do 9.º morgado, que assim se tornou seu 16.º administrador. Já o morgadio de Freixeda do Torrão pôde, esse, perpetuar-se na descendência de Manuel Metelo Pacheco, na qual permaneceu sem interrupções até à extinção definitiva dos vínculos na segunda metade do século XIX. Foi seu 13.º e último administrador Alexandre Metelo de Nápoles e Lemos, falecido em 1896, cujo filho Tomás, único visconde de Nápoles e Lemos, foi o derradeiro senhor da torre-solar dos Metelos, alienada por seus filhos.

Quanto ao vínculo de Valongo, transitou em 1764 para João António de Sá Pereira, 1.º barão de Alverca, filho do 16.º morgado. São suas as armas que ainda hoje se podem ver na quinta de Valongo: um escudo partido de Sá e Metelo, sob coronel de barão. Desta composição heráldica, de que não se conhece qualquer outro exemplar, se pode inferir que a herança do vínculo de Valongo obrigava ao uso das armas de Metelo. O vínculo veio a ser depois incorporado no vasto património detido por outro ramo da descendência do 16.º morgado, a Casa dos condes de Anadia, em cujo arquivo talvez se venha a encontrar mais alguma documentação esclarecedora para a história desta instituição.

Miguel Metelo de Seixas e João Carlos Metello de Nápoles

**Agradecimentos: José Augusto de Sottomayor-Pizarro; Mário Jorge Barroca;
Paulo de Almeida Fernandes; Rita Sampaio da Nóvoa.**

Coordenação: Rita Sampaio da Nóvoa

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivo Distrital da Guarda, Governo Civil, Registo Vincular, 2.

AZEVEDO, Carlos de – *Solares Portugueses*, Lisboa: Livros Horizonte, 1971.

CRUZ, António (ed.) – *Anais, Crónicas Breves e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto: Biblioteca Municipal, 1968.

METELLO, Manuel Arnao; NÁPOLES, João Carlos Metello de – *Metellos de Portugal, Brasil e Roma*, Lisboa: Associação Portuguesa de Genealogia, 1998.

MORENO, Humberto Baquero – *Marginalidade e Conflitos Sociais em Portugal nos Séculos XV e XVI*, Lisboa: Presença, 1985.

NÁPOLES, João Carlos Metello de; NÁPOLES, Jorge Metello de – *Solares e Casas Nobres do Concelho de Pinhel*, Pinhel: Município de Pinhel e Autores, 2006.

SEIXAS, Miguel Metelo de – “João Pinto Ribeiro e a vexilologia municipal portuguesa. Em torno de uma polémica seiscentista”, *Revista Lusófona de Genealogia e Heráldica*, n.º 1, 2006, pp. 189-206.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de (ed.) – *Portugaliae Monumenta Historica. Nova Série. Inquisitiones*, Lisboa: Academia das Ciências, 2015, volume IV, Tomo 2 (Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288. Sentenças de 1290 e Execuções de 1291).